

*Murilo Francisco Centeno*

**CÂMARAS DE  
PREVENÇÃO  
E SOLUÇÃO  
CONSENSUAL DE  
CONFLITOS DAS  
ADMINISTRAÇÕES  
PÚBLICAS**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Copyright © 2018 Murilo Francisco Centeno

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C397c

Centeno, Murilo Francisco.

Câmaras de prevenção e solução consensual de conflitos das administrações  
públicas / Murilo Francisco Centeno. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.  
192 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 159-175.

ISBN 978-85-519-0827-3

1. Direito Administrativo. 2. Direito Processual Civil. 3. Administração  
Pública. 4. Conflito. 5. Solução. I. Título.

CDD 351

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

1. Introdução .....	1
2. Consensualidade, Administração Pública e Pacificação Social.....	5
2.1 A consensualidade como instrumento de atuação da Administração Pública .....	5
2.1.1 Administração pública dialógica ou democrática: a participação do administrado na formação da vontade administrativa .....	11
2.1.2 O incremento da atividade contratual e a gestão por acordos.....	15
2.2 Viabilidade jurídica da negociação na prevenção e solução de conflitos envolvendo órgãos e entidades da Administração Pública .....	23
2.2.1 Supremacia e indisponibilidade do interesse público <i>versus</i> negociação .....	24
2.3 Administração Pública e congestionamento do Poder Judiciário .....	32
2.4 Meios alternativos de solução de conflitos envolvendo entes públicos....	34
2.4.1 Mediação e conciliação .....	38
2.4.2 Arbitragem .....	46
2.5 A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal: a experiência da União .....	51
3. Recentes Previsões Legais de Instituição de Câmaras de Prevenção e Solução Consensual de Conflitos das Administrações Públicas.....	55
3.1 A Lei nº 13.105/2015 – o novo Código de Processo Civil.....	55
3.1.1 O princípio da cooperação.....	58
3.1.2 O princípio do autorregramento da vontade .....	65
3.1.3 O incentivo à consensualidade na resolução de conflitos .....	70
3.1.4 A previsão contida no artigo 174 .....	76

3.2 A Lei nº 13.140/2015 – a Lei de Mediação.....	78
3.2.1 A previsão contida no artigo 32 .....	80
3.2.1.1 O caráter repetido da norma, diferenciações e avanços no regramento da matéria.....	81
3.2.2 Outros dispositivos .....	91
3.3 A aparente inspiração das previsões normativas.....	99
4. Diretrizes Contributivas para a Instalação e o Funcionamento das Câmaras de Prevenção e Solução Consensual de Conflitos das Administrações Públicas .....	103
4.1 Localização na estrutura organizacional da Administração Pública ...	105
4.2 Instrumento adequado para a normatização e outras particularidades.....	112
4.3 Meios de solução de conflitos ou técnicas aplicáveis.....	122
4.4 Matérias e situações passíveis de submissão às câmaras .....	128
4.5 Definição dos mediadores e conciliadores.....	135
4.5.1 Diretrizes éticas aplicáveis aos conciliadores .....	137
4.6 Sugestão de procedimento.....	144
4.7. Resultados esperados .....	153
5. Considerações Finais .....	155
Referências .....	159